MAURÍCIO REQUIÃO

BAREMA

Destaque-se que os trechos de obras constantes do edital e apontadas no barema têm mero teor exemplificativo em relação aos conteúdos solicitados.

1 Conceito de autonomia (total: 2,0)

1.1 Autonomia privada x autonomia existencial: identificar como a autonomia, inclusive no ambiente da Internet, trata de aspectos patrimoniais e existenciais. (1,5)

“No que toca à autonomia da vontade aponta a autora que é uma teoria que foi superada e deu lugar à da autonomia privada. Afirma que na autonomia da vontade havia a crença do uso da vontade de forma absoluta e irrestrita, onipotente, podendo a liberdade negocial ser exercida de forma ilimitada. Tal paradigma teria sido superado com a ideia da autonomia privada, pela qual o negócio jurídico ‘nasce, na verdade, de uma manifestação ou declaração ou comportamento concludente disciplinado pelo ordenamento jurídico e que, por isso, deve obedecer a todos os pressupostos de validade que este exige’ (BORGES, p.53)” (REQUIÃO, p.29)

“A autonomia existencial, portanto, se identifica com a liberdade do sujeito em gerir sua vida, sua personalidade, de forma digna. É nesse ponto que se encontram questões delicadas como o uso ativo dos direitos da personalidade em situações não negociais e as discussões sobre o direito à morte digna, eutanásia, aborto, manipulação de embriões, direitos pessoais de família, sexualidade e identidade de gênero.” (REQUIÃO, p.32)

1.2 identificar a autonomia como componente importante para desenvolvimento e realização do sujeito/de sua dignidade. (0,5)

2 Distinção entre o modelo de autodeterminação informacional e o de regulação de riscos (total: 3,0)

2.1 Autodeterminação informacional (1,25) : “Tanto para Doneda quanto para Bioni, a proteção de dados pessoais relaciona-se com a capacidade do cidadão de controlar suas informações, em um contexto de expansão das técnicas de uso de informações pessoais e metadados e fracasso dos modelos de notice-and-consent.⁷ Essa concepção de autodeterminação informacional, muito conectada com o pensamento europeu sobre dignidade e privacidade (WHITMAN, 2004), possui raízes históricas que precisam ser claramente compreendidas. É justamente esse paradigma que está sendo repensado por uma nova geração de pesquisadores europeus.” (ZANATTA, p.3)

“(i) a positivação de direitos individuais relacionados ao controle dos processos de coleta e tratamento de dados pessoais, (ii) a crença na conexão entre aumento do “poder de controle” e autonomia política em sociedades democráticas, a (iii) contratualização do consentimento, garantindo-se os direitos de informação clara, finalidade específica e prevenção de riscos e segurança das informações, e (iv) o reconhecimento da vulnerabilidade dos cidadãos, com a possibilidade de autoridades independentes para aplicação desses direitos.” (ZANATTA, p.6)

2.2 Regulação de riscos (1,25): “coloca o risco como elemento central – a incerteza quantificável, nos termos de Frank Knight, ou a probabilidade de que um malefício vá ocorrer – e se concentra em processos de (i) reunião de informação e cognição de riscos, (ii) criação de regras e padrões de conduta e (iii) enforcement e monitoramento da modificação do comportamento social (HOOD, HOTHSTEIN e BALDWIN, 2001).” (ZANATTA, p.7)

“por risquificação da proteção de dados pessoais entende-se esse processo de reformatação jurídica a partir da ampliação da tutela coletiva e sua imbricação com a autoridade independente de proteção de dados pessoais, a disseminação de instrumentos regulatórios *ex ante* e o uso intensivo de metodologias de gestão de risco e calibragem entre riscos, inovações e imunidades – um processo de “negociação coletiva” (TUBARO e CASILLI, 2018) que supera a tradicional concepção bilateral entre sujeito de direito e aquele que processa dados pessoais pessoais.” (ZANATTA, p.10-11)

2.3 Identificar como o modelo de autodeterminação informacional faz maior aposta na proteção dos dados prioritariamente pelo caminho da autonomia. (0,5)

3 Dificuldades gerais na proteção de dados (total: 3,0)

3.1 O novo paradigma de extração, acúmulo e análise de dados: *big data* (1,5)

“o *big data* é, acima de tudo, o componente fundamental de uma nova lógica de acumulação, profundamente intencional e com importantes consequências, que chamo de *capitalismo de vigilância*”. (ZUBOFF, p.18)

3.2 A dificuldade para a proteção de dados dentro desse paradigma, levando em conta a ação, por exemplo, em empresas como a Google (1,5)

“a Google enfrentou oposição legal e protesto social em relação a reclamações contra (1) a prática de varredura de e-mails, incluindo os de usuários e não são do Gmail e os de estudantes que usam seus aplicativos educacionais, (2) a captura de comunicação de voz, (3) ignorar as configurações de privacidade, (4) práticas unilaterais de agrupamento de dados em seus serviços online, (5) extensa retenção de dados de pesquisa, (6) rastreamento dos dados de localização de *smartphones* e (7) suas tecnologias portáteis e capacidades de reconhecimento facial”. (ZUBOFF, p.34-35)

“A ‘realidade’ é agora subjugada à mercantilização e à monetização e renasce como ‘comportamento’. Os dados sobre os comportamentos dos corpos, das mentes e das coisas ocupam importante lugar em uma dinâmica de compilação universal em tempo real de objetos inteligentes no interior de um domínio global infinito de coisas conectadas. Esse novo fenômeno cria a possibilidade de modificar os comportamentos das pessoas e das coisas tendo por objetivo o lucro e o controle. Na lógica do capitalismo de vigilância, não há indivíduos, apenas o organismo mundial e todos os elementos mais ínfimos em seu interior.” (ZUBOFF, p.56)

4. Estrutura e coerência do texto (1,0)

5. Referências (1,0)